



CLIPPING INTERNET
12/08/2019 ATÉ 12/08/2019



INDÍCE

| | | |
|---|--|----------|
| 1 | CONVÊNIOS | |
| | 1.1 BLOG DO JURACI FILHO..... | 1 |
| | 1.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 2 |
| 2 | DECISÕES | |
| | 2.1 BLOG ATUAL 7..... | 3 |
| | 2.2 BLOG DANIEL MATOS..... | 4 |
| | 2.3 BLOG DO JURACI FILHO..... | 5 |
| | 2.4 BLOG GILBERTO LEDA..... | 6 |
| | 2.5 BLOG ILHA REBELDE..... | 7 |
| | 2.6 BLOG JOHN CUTRIM..... | 8 |
| | 2.7 BLOG JORGE ARAGÃO..... | 9 10 |
| | 2.8 BLOG JÚLIO DINIZ..... | 11 |
| | 2.9 BLOG LUDWIG ALMEIDA..... | 12 |
| | 2.10 BLOG MARRAPÁ..... | 13 14 15 |
| | 2.11 BLOG PÁGINA 2..... | 16 |
| | 2.12 BLOG RAIMUNDO GARRONE..... | 17 |
| | 2.13 SITE G1 MARANHÃO..... | 18 19 |
| | 2.14 SITE IMIRANTE.COM..... | 20 21 |
| | 2.15 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 22 |
| | 2.16 SITE JORNAL PEQUENO..... | 23 |
| | 2.17 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... | 24 |
| 3 | ESMAM | |
| | 3.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS..... | 25 |
| 4 | INSTITUCIONAL | |
| | 4.1 BLOG RICARDO SANTOS..... | 26 |
| | 4.2 SITE JORNAL PEQUENO..... | 27 |
| 5 | JUÍZES | |
| | 5.1 BLOG DO NETO FERREIRA | 28 |
| | 5.2 BLOG O MAIOR DO MUNDO..... | 29 |
| 6 | PRESIDÊNCIA | |
| | 6.1 BLOG DO MINARD..... | 30 |
| 7 | PROCESSO SELETIVO | |
| | 7.1 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO..... | 31 |

Gastos, estilo de vida e investimentos serão temas de curso para magistrados

A gestão eficiente da renda e despesas financeiras serão discutidas pelos juízes maranhenses, no curso "Educação Financeira e Investimentos", ofertado pela ESMAM, como parte da programação da Semana de Valorização da Magistratura 2019, que acontecerá nos dias 29 e 30 de agosto, na Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Os interessados podem se inscrever pelo sistema Tutor, de 12 a 23 de agosto.

A oficina será ministrada pelo juiz Paulo Alexandre Ayres de Camargo (TJSP), diretor-adjunto da Associação Paulista de Magistrados, responsável pela área de educação financeira, na Diretoria de Vencimentos.

De acordo com a proposta, o objetivo da capacitação, além de trabalhar noções de educação financeira, é incentivar a construção de uma carteira balanceada de investimentos, de acordo com o perfil de cada juiz. Serão apresentados os principais fatores a se considerar nos investimentos de curto, médio e longo prazo, levando-se em conta a diversidade de objetivos existentes, a expectativa de sobrevivência e o planejamento sucessório.

"Ao final do curso, os magistrados serão capazes de administrar de forma mais eficiente sua renda, formar sua poupança e tomar as melhores decisões de investimentos, de acordo com seus próprios objetivos", diz o formador.

O conteúdo abordará sobre educação financeira e investimentos, adequação das despesas e do estilo de vida à renda e aos objetivos traçados, vantagens trazidas pelo conhecimento e pelos investimentos de longo prazo, espécies de investimentos e suas características, formação e acompanhamento de carteira visando à independência financeira

Da Assessoria

TJ absolve Marcelo Baldochi em processo sobre trabalho escravo

Relator teve voto vencido pela maioria dos desembargadores do pleno da corte

Por maioria de votos, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz de Direito Marcelo Testa Baldochi. Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

Em setembro de 2007, o Grupo de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante diligenciaram às fazendas da região de Açailândia, para apurar denúncia de trabalho escravo, indo até a Fazenda Pôr do Sol, de propriedade de Baldochi.

Ao chegar no local, foram apontadas supostas irregularidades contra os trabalhadores, como falta de alojamento adequado; falta de EPI; falta de pagamento da remuneração.

Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que, sempre segundo ele, é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais, pagando-se pelo serviço executado.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ele ressaltou que Baldochi já havia sido condenado em outros processos administrativos por condutas incompatíveis com a Magistratura e “utilizou-se da necessidade primária do ser humano de manutenção da vida e de sua integridade para explorá-los, impondo-lhes uma situação degradante”.

Ao final do julgamento, porém, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores do TJ do Maranhão votou pela absolvição de Marcelo Baldochi.

Deputado Wellington denuncia covardia de Flávio Dino e apoia comunidade do Cajueiro em protesto em frente ao Palácio dos Leões contra desapropriação de terras

Por Daniel Matos • segunda-feira, 12 de agosto de 2019 às 11:57

Deputado Wellington acompanhou, no domingo à noite, o início da ocupação da área em frente ao Palácio dos Leões por manifestantes da comunidade Cajueiro

Em defesa da população mais carente, o deputado estadual Wellington do Curso realizou inúmeras visitas e reuniões com a comunidade do Cajueiro, que tem sido alvo de ações maldosas por parte do Governo do Estado. De acordo com os moradores, há irregularidades cometidas por Flávio Dino na ação que resultou na ordem de reintegração de posse das terras locais, uma vez que o decreto que autoriza deveria ter sido assinado pelo governador, mas foi assinado por um secretário de Estado. Na última reunião, realizada neste sábado (10), os moradores do Cajueiro deliberam pela realização de várias ações, dentre elas, uma manifestação em frente ao Palácio dos Leões nesta segunda-feira (12).

Entrada do Palácio dos Leões foi ocupada por dezenas de populares, que denunciam irregularidades na desapropriação das terras onde moram

“Realizamos várias reuniões com os moradores do povoado Cajueiro, Zona Rural de São Luís, que sofrem com um litígio antigo envolvendo a posse da terra e discutimos soluções a fim de evitar o despejo de mais de 180 famílias. O processo além de antigo, é complexo e tendencioso à parte mais forte economicamente, a empresa portuária. Muito embora haja uma decisão judicial de 2014 que garante a posse aos moradores da comunidade do Cajueiro, foi concedida em julho desse ano uma liminar de reintegração de posse. A ordem determina a demolição de suas casas, mas não houve consenso a cerca das indenizações e nem remaneja as famílias a um local novo. Em 2014, o governador Flávio estava do lado dos moradores do Cajueiro. Agora, depois de eleito e reeleito governador virou as costas para o povo, tramando e negociando com os chineses, sem transparência. Outro absurdo que a população identificou é sobre o Decreto de Desapropriação da Terra. Por força da Constituição Estadual, quem tem a competência privativa para assinar o documento é o próprio governador. No entanto, o decreto foi assinado pelo secretário de Indústria e Comércio, Simplício Araújo. O que torna o documento sem valor legal. Além disso, há ação judicial movida pela Promotoria Agrária que afirma que o título de propriedade da empresa provém de falsificação documental (grilagem de terra)”, disse o deputado Wellington.

Em uma das faixas, manifestantes denunciam o que chamam de massacre cometido por Flávio Dino

Ainda em sua fala, Wellington do Curso destacou que não é contra desenvolvimento, mas que isso não pode ser feito às custas do sofrimento e dor da população mais pobre.

Populares exibem faixas e cartazes com mensagens de repúdio à covardia

“Não somos contra o desenvolvimento. No entanto, zelamos pelo respeito e dignidade do nosso povo. Nossa luta em defesa da população da Zona Rural de São Luís é permanente e reafirmo o compromisso com essas famílias do Cajueiro, que não podem ser desamparadas”, esclareceu o parlamentar.

Abordagens a venezuelanos em São Luís, por Força-Tarefa, começa nesta segunda (12)

Resultado de imagem para mulheres e crianças venezuelanas nas ruas de São Luís. A Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), e da União (DPU), Tribunal de Justiça do Maranhão, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Pastoral da Criança, Universidade Federal do Maranhão e Governo do Estado e o Município de São Luís decidiram realizar, a partir desta segunda-feira (12), uma força-tarefa de abordagem e orientação nas principais avenidas da cidade, onde os venezuelanos se posicionam, e também em locais onde os mesmos estejam abrigados.

A decisão de atuar conjuntamente em relação aos venezuelanos que estão migrando para a capital ludovicense foi tomada em reunião realizada na manhã desta quinta-feira, dia 8, na sede da DPE.

De acordo com o defensor público estadual Davi Rafael Silva Veras, titular do Núcleo da Criança e do Adolescente, a proposta é unir esforços para garantir o cumprimento, principalmente, da legislação protetiva de crianças e adolescentes, tendo em vista que muitos refugiados podem ser vistos em rotatórias e sinais de trânsito da capital pedindo ajuda, acompanhados de infantes.

"O que temos observado é que crianças ficam, muitas vezes, em situação de mendicância nos sinais. Então, o que estamos fazendo é construir um fluxo com a rede que garanta às famílias a devida comunicação de que a lei brasileira proíbe esse tipo de exposição da criança e que garanta a notificação ao responsável", explicou Davi Rafael Veras.

Ainda de acordo com o defensor público, caso persista a situação, as instituições responsáveis podem adotar medidas mais duras como ter que encaminhar a criança ou adolescente a centros de acolhimento. "Precisamos entender que a família também é um local de proteção. Nesse sentido, a instituição de acolhimento, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser a última medida a ser considerada, pois ela também pode gerar consequências prejudiciais ao desenvolvimento da criança. Por isso, definimos ações de prevenção para que não seja preciso chegar a esse ponto", afirmou.

Além da abordagem, a força-tarefa também decidiu pela elaboração de uma cartilha informativa, em espanhol, sobre os direitos da criança e do adolescente. Para isso, a rede contará com a parceria de uma médica venezuelana que atua no Maranhão.

A intenção é dar proteção às crianças e adolescentes, o objetivo da atuação conjunta é que também possam ser asseguradas políticas públicas para moradia, alimentação, atenção básica à saúde e acesso à educação às pessoas que têm buscado refúgio em São Luís. Desde abril deste ano, vem sendo identificada pelos órgãos competentes a chegada de grupos de venezuelanos que têm deixado seu país em meio à situação de crise econômica e política.

TJ absorve juiz Marcelo Baldochi em processo sobre trabalho escravo

12/08/2019 18:00:31

Por maioria de votos, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi. Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

O FATO - Em setembro de 2007, o Grupo de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante diligenciaram às Fazendas da região de Açailândia, para apurar denúncia de "trabalho escravo", indo até a Fazenda Pôr do Sol, de propriedade do magistrado.

Ao chegar no local, foram apontadas supostas irregularidades contra os trabalhadores, como falta de alojamento adequado; falta de EPI; falta de pagamento da remuneração.

Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que - segundo ele - é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais, pagando-se pelo serviço executado.

DO JULGAMENTO - O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ao final do julgamento, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores votou pela absolvição do juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi.

MENSAGEM DO DIA DOS PAIS DO DEPUTADO PARÁ FIGUEIREDO

IMAGEM

Juiz envia processo de prefeito ao MPF para apuração de crime de lavagem de dinheiro

O juiz Marcelo Farias, 1ª vara da Comarca de Lago da Pedra, determinou o envio de cópia integral dos autos da sentença de condenação, por improbidade administrativa, do prefeito municipal de Lago do Junco, Osmar Fonseca dos Santos, à Procuradoria Geral de Justiça, Procuradoria Regional da República e Procuradoria Regional Eleitoral, para providências cabíveis, tendo em vista os indícios de lavagem de dinheiro.

Os autos vão ser remetidos ao Tribunal de Justiça do Maranhão a fim de se processar e julgar o recurso de apelação contra a sentença de condenação, interposta pelo gestor.

Na decisão, o juiz informa que a remessa dos autos cumpre o artigo 40 do Código de Processo Penal, segundo o qual, "quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia".

Informa também que, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, compete a Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por "desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal" e à Justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

Ainda conforme a jurisprudência apontada, o Supremo Tribunal Federal deliberou que cabe à Justiça Eleitoral processar e julgar crimes comuns (falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva, evasão de divisas e lavagem de dinheiro) que apresentam conexão com crimes eleitorais. Nesse caso, o juiz advertiu que, embora os atos tenham sido cometidos em 2016, ano de Eleição Municipal, não há nos autos elemento que permita concluir pela existência de indícios de crimes eleitorais.

A sentença, no caso, trata do julgamento de atos de improbidade administrativa em que o prefeito foi condenado, dentre outras penas, à perda do cargo, pagamento de multa e à suspensão dos direitos políticos pela suposta prática de atos previstos no art. 11, incisos II e IV, da Lei de improbidade Administrativa (LIA) - Nº 8.429/92.

Conforme a denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual na Ação Civil de Improbidade Administrativa que resultou na condenação, o réu sonegara os extratos das contas públicas do exercício financeiro de 2016, do Município de Lago do Junco.

Durante a instrução do processo, o MPE solicitou e o juiz determinou que fosse feita perícia sobre a movimentação financeira do acusado, designando o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil do Estado do Maranhão para o serviço.

Ocupantes irregulares são retirados da comunidade Cajueiro

Publicado em 12 de agosto de 2019 por gilbertoleda

Policiais militares cumprem nesta segunda-feira (12) determinação judicial de reintegração de posse de terrenos na comunidade Cajueiro. No local, será construído o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís, que tem previsão de gerar cerca de 3 mil empregos diretos até a conclusão da obra.

As famílias que ocupam o terreno de forma ilegal foram notificadas da ação e receberam todas as informações sobre a decisão judicial e os resultados das negociações conduzidas pela Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), formada pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria de Estado de Segurança Pública; Secretaria de Estado das Cidades Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, Instituto de Terras do Maranhão, Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão e Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Para garantir o cumprimento da liminar de forma pacífica e humanizada, o Porto São Luís formalizou proposta que contempla todas as onze famílias que residem no local e vivem em situação de vulnerabilidade social com aluguel social no valor de até R\$ 600 por mês, pago diretamente ao locador ou ao ocupante contemplado; uma cesta básica por mês; ambos pelo prazo de um ano.

Os ocupantes que optarem pela ajuda de custo terão garantida, caso haja interesse e de acordo com a capacitação educacional e profissional, vaga de emprego nas obras de construção do Terminal Portuário. Caso mais de uma pessoa dentro do mesmo núcleo familiar demonstre interesse em trabalhar, o TUP realizará o cadastramento de um segundo trabalhador potencial, para concorrer a uma vaga de emprego.

Ainda pelo Termo de Compromisso firmado entre o TUP e o Governo do Maranhão, serão construídos na área do Porto São Luís, para a comunidade local, uma escola, uma creche, um posto de saúde, uma delegacia da Polícia Militar e um posto policial da Polícia Civil.

Comunidade do Cajueiro protesta em frente ao Palácio dos Leões

POSTAGEM DE : REBELDE DATA : 12/08/2019 GERAL

Depois de terem ido na semana passada na Assembleia Legislativa, para pedir apoio dos deputados estaduais, a comunidade do Cajueiro, zona rural de São Luís, resolveu protestar nesta segunda-feira (12), em frente ao Palácio dos Leões.

A comunidade Cajueiro protesta contra a reintegração de posse de uma área na localidade e que está sendo construída o Terminal do Porto São Luís.

A população tem dito que não conseguiu nem dialogar com o Governo Flávio Dino e por esse motivo resolveram protestar em frente ao Palácio dos Leões.

O Governo Flávio Dino alega que apenas está cumprindo a decisão judicial que determinou a reintegração de posse e que secretarias estão dialogando com a comunidade.

Uma decisão judicial do ano de 2014 garante a posse aos moradores da comunidade do Cajueiro, porém foi concedida em julho desse ano uma liminar de reintegração de posse. A ordem determina a demolição de suas casas.

Em 2014, o o governador Flávio estava do lado do moradores do Cajueiro e contra o governo de Roseana Sarney. Agora, depois de eleito e reeleito governador parece ter virado as costas para o povo.

Não somos contra o desenvolvimento. No entanto, zelamos pelo respeito e dignidade do nosso povo tão sofrido.

Juiz Marcelo Baldochi é absolvido em processo sobre trabalho escravo

Por maioria de votos, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi. Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

O FATO - Em setembro de 2007, o Grupo de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante diligenciaram às Fazendas da região de Açailândia, para apurar denúncia de “trabalho escravo”, indo até a Fazenda Pôr do Sol, de propriedade do magistrado.

Ao chegar no local, foram apontadas supostas irregularidades contra os trabalhadores, como falta de alojamento adequado; falta de EPI; falta de pagamento da remuneração.

DO PROCESSO - Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que - segundo ele - é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais, pagando-se pelo serviço executado.

DO JULGAMENTO - O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ele ressaltou que Baldochi já havia sido condenado em outros processos administrativos por condutas incompatíveis com a Magistratura e “utilizou-se da necessidade primária do ser humano de manutenção da vida e de sua integridade para explorá-los, impondo-lhes uma situação degradante”, perfazendo, em tese, o ilícito penal inserto no artigo 149 do Código Penal.

Ao final do julgamento, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores votou pela absolvição do juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi.

Caso Cajueiro: Flávio Dino explica posicionamento do governo

Mesmo sem ter recebido a comunidade do Cajueiro, que segue protestante em frente ao Palácio dos Leões, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), utilizou as redes sociais, no início da tarde desta segunda-feira (12), para explicar o posicionamento do seu governo.

Os manifestantes utilizaram cartazes e um carro de som para chamar atenção do poder público. Segundo os moradores, desde 2014 eles estão passando por um processo de reintegração de posse de terras e eles querem evitar a construção de um porto privado na área.

O comunista diz que está apenas cumprindo uma decisão judicial e que teria ocorrido “inúmeras” tentativas de mediação.

IMAGEM

A comunidade do Cajueiro afirma que não existiu diálogo por parte do Governo Flávio Dino e, como já existiram liminares favoráveis aos dois lados, queria que sobre a reintegração de posse o governador aguardasse uma decisão definitiva do Tribunal de Justiça.

O curioso é que muitos políticos do grupo do governador Flávio Dino apoiavam a comunidade, quando o assunto começou a ser debatido no Governo Roseana, mas agora na gestão comunista, simplesmente viraram as costas para a comunidade.

Comunidade do Cajueiro protesta em frente ao Palácio dos Leões

por Jorge Aragão

12 ago 2019

Depois de terem ido na semana passada na Assembleia Legislativa, para pedir apoio dos deputados estaduais, a comunidade do Cajueiro, zona rural de São Luís, resolveu protestar nesta segunda-feira (12), em frente ao Palácio dos Leões.

A comunidade Cajueiro protesta contra a reintegração de posse de uma área na localidade e que está sendo construída o Terminal do Porto São Luís.

A população tem dito que não conseguiu nem dialogar com o Governo Flávio Dino e por esse motivo resolveram protestar em frente ao Palácio dos Leões.

O Governo Flávio Dino alega que apenas está cumprindo a decisão judicial que determinou a reintegração de posse e que secretarias estão dialogando com a comunidade.

Vitorenses apóia decisão da prefeita Didima Coelho de repudiar chantagem de vereadores

O Instituto de Pesquisas Atitude, renomado e reconhecido nacionalmente, tendo como clientes no Maranhão a Vale, Grupo Mateus, Fecomércio, Google e outros, realizou pesquisa, no período de 2 a 7 de agosto de 2019, na cidade de Vitória do Mearim, onde aferiu o impacto junto à população em relação às prisões dos sete vereadores acusados de chantagear a prefeita do município, Dídima Coelho, em troca de apoio na Câmara Municipal.

Segundo o blog de Manoel Santos a pesquisa de opinião revela que a operação da Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público, que resultou nas prisões, tem um enorme apoio popular, assim como a destacada atuação da gestão municipal no combate à corrupção e inibição da subtração de recursos do erário público. De acordo com a pesquisa, 92% da população apóiam a atitude tomada pela prefeita contra os corruptos.

TJ mantém afastados vereadores presos por extorsão em Vitória do Mearim

O Tribunal de Justiça do Estado decidiu manter afastados os sete vereadores de Vitória do Mearim acusados de extorsão. Oziel Gomes, George Maciel, Hélio Rodrigues, Marcelo da Colônia, Benoa Rodrigues, Nego Mauro e José Mourão seguirão fora do mandato, por decisão unânime da Segunda Turma Criminal, de acordo com parecer da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

Os vereadores foram presos em junho, durante operação do Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), e da Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor).

Julgamento: Juiz é absolvido em processo sobre trabalho escravo

Por maioria de votos, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi. Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

O FATO - Em setembro de 2007, o Grupo de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante diligenciaram às Fazendas da região de Açailândia, para apurar denúncia de "trabalho escravo", indo até a Fazenda Pôr do Sol, de propriedade do magistrado.

Ao chegar no local, foram apontadas supostas irregularidades contra os trabalhadores, como falta de alojamento adequado; falta de EPI; falta de pagamento da remuneração.

DO PROCESSO - Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que - segundo ele - é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais, pagando-se pelo serviço executado.

DO JULGAMENTO - O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ele ressaltou que Baldochi já havia sido condenado em outros processos administrativos por condutas incompatíveis com a Magistratura e "utilizou-se da necessidade primária do ser humano de manutenção da vida e de sua integridade para explorá-los, impondo-lhes uma situação degradante", perfazendo, em tese, o ilícito penal inserto no artigo 149 do Código Penal.

Ao final do julgamento, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores votou pela absolvição do juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi. As informações são do TJ-MA.

O símbolo da politicagem no Cajueiro

Destaque / 12 de agosto de 2019 / 10h17 - Por Leandro Miranda

Ontem, o blog fez uma postagem sobre a politicagem em torno da decisão judicial de reintegração de posse na comunidade do Cajueiro. Hoje, coordenando os protestos em frente ao Palácio dos Leões, estava o deputado estadual Wellington do Curso.

Desde às 6h, o parlamentar está em frente a sede do Executivo Estadual insuflando supostos moradores com palavras contra o governo do Estado. Ele e mais dois assessores conversam com todos e coordenam as falas, a distribuição do lanche e até dança indígena.

Um grande café da manhã foi montado para os manifestantes. Quem conhece diz se tratar de pessoas de comunidades próximas ao Cajueiro, como Andiroba e Prainha. Até um venezuelano foi visto no meio do protesto.

As 21 casas alvos de reintegração de posse - os coordenadores do protesto falam em 180 - já foram indenizadas pela empresa que se instalará no local, um porto privado. Talvez por isso na manifestação não existe morador do Cajueiro.

Fala-se até em um morador da Península que teria um terreno no Cajueiro e queria R\$ 2 milhões de indenização.

São essas as pessoas que estão protestando em frente ao Palácio dos Leões.

A politicagem no Cajueiro

Destaque / 11 de agosto de 2019 / 07h11 - Por Leandro Miranda

O Maranhão tem se notabilizado por políticos que usam do oportunismo para tentar aparecer na mídia de alguma forma. O caso do cumprimento de decisão judicial para reintegração de posse no Cajueiro é um exemplo disso.

Gente que nunca colocou os pés, que não tem noção nenhuma de onde fica o Cajueiro, inventa versões para macular a imagem do governo do Estado. Puro oportunismo.

O pior é que os mesmos que usam da politicagem para aparecer, sabem que o empreendimento que está se instalando no Cajueiro é privado. E sabem também que existe ordem judicial para o cumprimento, por parte da polícia, da reintegração de posse.

Esses mesmos oportunistas marcam protestos na frente do Palácio dos Leões, como se o governo tivesse poder de cassar ordem judicial.

Já que posam de corajosos, por que eles não fazem manifestação da porta do Judiciário?

Medo ou oportunismo?

Cajueiro: Flávio Dino explica que PM não pode se recusar a cumprir ordem judicial

Destaque / 12 de agosto de 2019 / 12h11 - Por Leandro Miranda

O governador Flávio Dino usou as redes sociais para explicar, mais uma vez, que o caso de reintegração de posse da comunidade do Cajueiro, em São Luís, é uma decisão da Justiça.

“Sobre reintegrações de posse: a polícia militar não pode simplesmente se recusar a cumprir ordem judicial. Houve várias tentativas de mediação, infelizmente frustradas. Não cabe ao governador cassar ou suspender decisão de outro Poder. Já expliquei isso em outros momentos”, disse Dino.

A reintegração de posse no Cajueiro vem sendo usada politicamente pelos adversários do governador do Maranhão, que tentam culpar o governo do Estado.

Justiça concede a filho de Dutra direito de visitar o pai na UTI

O juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, da 3ª Vara de Paço do Lumiar, deferiu, nesta sexta-feira (9), o pedido de Daniel Dutra, filho do prefeito da cidade, Domingos Dutra (PCdoB), para que pudesse visitar o pai na UTI do hospital São Domingos.

Daniel e seu irmão, Domingos Francisco Dutra Neto, já haviam feito um boletim de ocorrência, no último dia 05 de agosto, contra a proibição que os impedia de ver o pai na UTI. Os irmãos anunciaram que iriam recorrer na Justiça, após não conseguirem visitar Dutra que sofreu um acidente vascular cerebral no dia 23 de julho.

Na decisão, o juiz estabelece multa diária de R\$ 500,00 pelo descumprimento da decisão.

Dutra passou mal, foi internado no Hospital São Domingos, em São Luís. No mesmo dia, foi submetido a exames, medicado e sedado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O prefeito já foi submetido a duas cirurgias. Até o momento, não há previsão de alta.

Juiz é absolvido em processo sobre trabalho escravo

Por maioria de votos, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi. Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

O FATO - Em setembro de 2007, o Grupo de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante diligenciaram às Fazendas da região de Açailândia, para apurar denúncia de “trabalho escravo”, indo até a Fazenda Pôr do Sol, de propriedade do magistrado.

Ao chegar no local, foram apontadas supostas irregularidades contra os trabalhadores, como falta de alojamento adequado; falta de EPI; falta de pagamento da remuneração.

DO PROCESSO - Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que - segundo ele - é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais, pagando-se pelo serviço executado.

DO JULGAMENTO - O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ele ressaltou que Baldochi já havia sido condenado em outros processos administrativos por condutas incompatíveis com a Magistratura e “utilizou-se da necessidade primária do ser humano de manutenção da vida e de sua integridade para explorá-los, impondo-lhes uma situação degradante”, perfazendo, em tese, o ilícito penal inserto no artigo 149 do Código Penal.

Ao final do julgamento, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores votou pela absolvição do juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi.

Os fatos sobre a situação da comunidade de Cajueiro

A reintegração de posse na comunidade Cajueiro está sendo usada politicamente pelos adversários do governo do Estado. A Polícia Militar apenas está cumprindo uma decisão que é da Justiça. E os fatos históricos demonstram isso. O blog lembra alguns deles:

imagem

Dezembro de 2014

No apagar das luzes de seu governo, Arnaldo Melo decretou a desapropriação total da área em favor da WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda. O Decreto 30.610 de 30 de dezembro de 2014 dizia que a desapropriação tinha caráter de urgência.

imagem

Janeiro de 2015

Uma das primeiras medidas do governador Flávio Dino em relação a situação da comunidade de Cajueiro foi revogar o decreto de desapropriação. No texto do Decreto 30.624 de 12 de janeiro de 2015, o Governo do Estado leva em consideração "a existência de conflitos na área em questão e a necessidade de serem aprofundados os estudos, inclusive quanto aos impactos socioambientais da implantação de um Terminal Portuário na localidade".

imagem

Julho de 2019

Em ordem judicial encaminhada ao Governo do Estado, o juiz Marcelo Elias Matos e OKA determinou a reintegração de posse da área a WPR. Na decisão, a justiça determinou ainda auxílio de força policial.

Posicionamento da empresa

Em nota encaminhada à imprensa, o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís afirma que "cumpra a liminar de reintegração de posse dos terrenos ocupados de forma ilegal na área do empreendimento em construção, no bairro Cajueiro, em São Luís".

Eles citam acordos feitos com intermediação de órgãos do Estado e da Defensoria Pública, em que ficou definido como critério para serem considerados beneficiários aqueles que residem no local e que encontram-se em estado de vulnerabilidade social. Diferente do que afirmam os "manifestantes", atualmente, foram identificadas 11 famílias em tal situação.

Além de capacitação profissional e pessoa, aluguel social e cesta básica, "as mencionadas 11 famílias ocupantes,

consideradas em estados de vulnerabilidade social, serão reassentadas em um novo imóvel, nos padrões 'Minha Casa, Minha Vida', com área de até 45m² em região a ser ainda determinada, conforme doação a ser feita pelo Estado do Maranhão".

IMAGENS EM <http://garrone.com.br/os-fatos-sobre-a-situacao-da-comunidade-de-cajueiro/>

Patrimonialismo, na planície e no Planalto

A Admiração Pública nacional passou por diversos modelos, sem que, contudo, um padrão fosse totalmente superado, havendo, em realidade, a coexistência desses.

O Patrimonialismo vigora, em maior ou menor grau, desde o descobrimento. Geralmente associado a regimes monárquicos, autoritários e pouco democráticos, o Patrimonialismo é caracterizado pela confusão entre o público e o privado; apropriação do público pelo privado; favorecimento de grupos que incensam o Chefe; paternalismo, nepotismo e por regras que permitem o indevido tratamento diferenciado de cidadãos que estão numa mesma situação.

100 mil miseráveis por ano no período comunista no Maranhão (Foto blog Marco D"éça)

A Burocracia chega ao Brasil com Getúlio Vargas, no término dos anos 1930. Como oposição ao Patrimonialismo, a Burocracia busca combater privilégios e favorecimentos e procura deixar todos os indivíduos em posição de igualdade perante a lei e o Estado. Impessoalidade nas relações, padronização de procedimentos, racionalidade, meritocracia e caráter universal das normas são as bases da Burocracia.

Na transição entre as décadas de 1980 e 1990, surge a Nova Gestão Pública, ou Gerencialismo, que a partir de peculiaridades da iniciativa privada - concorrência, foco nos resultados, redução de custos, entre outras - tenta levar mais produtividade para o setor público. Contemporaneamente, na mudança do século XX para o XXI, emerge o paradigma da Governança Pública, em que valores como transparência, pluralismo, participação e integração da sociedade na formulação das políticas públicas, prestação de contas e reforço ético, se sobressaem.

Ao contrário do que muitos pensam, não foi a Constituição de 1988 que instituiu a necessidade de concurso para o preenchimento dos cargos públicos. Mas sim a Carta de 1934. Apesar disso, por uma série histórica de "anistias", foram incorporadas à máquina pública parcelas de servidores que não passaram pelo necessário crivo do certame público.

A propósito, o município de São Luís convive, atualmente, com o imbróglio da realização do primeiro concurso público para a sua Câmara Municipal - órgão que este ano completa 400 anos. Fato esse a demonstrar, inequivocamente, que o Patrimonialismo ainda vigora. Com mais de 80 anos de atraso e somente após competente ação do Ministério Público do Estado foi que o Legislativo da capital procedeu o seu primeiro concurso, oferecendo oportunidades iguais a todos para acessar os cargos públicos. Todavia, lamentavelmente, o caso ainda não teve o desfecho devido, pois até o momento não houve a nomeação dos candidatos selecionados. Mais ou menos tempo, é certo que haverá a convocação dos aprovados, porque essa é a exigência constitucional.

O Maranhão é mesmo pródigo em realizar concursos com elevada defasagem temporal, foi assim no Tribunal de Contas (instalado em 1947 - realizou o primeiro concurso em 1998) e no Tribunal de Justiça (criado em 1813 - fez o primeiro concurso para servidores em 2005), mas, no final, os aprovados foram nomeados para exercer suas atribuições. Essa aversão do nosso Estado em adotar procedimentos equânimes, preferindo, em vez disso,

atender grupos de interesses, é uma das razões para o nosso atraso e para nossa dificuldade em dialogar com o mundo moderno.

Na alçada federal, o presidente Jair Bolsonaro demonstra que tem dificuldade em fazer distinção entre os interesses particulares e públicos. Quer que o próprio filho, o deputado federal Eduardo, ocupe a embaixada do Brasil nos Estados Unidos - a mais importante do mundo. A nomeação de um rebento para essa função comporta discussões sobre se o ato configura ou não nepotismo, em sentido formal. Mas só a pretensão de oferecer cargo dessa envergadura para um filho, que não prova ter currículo técnico para a missão, isso em detrimento de diplomatas concursados, altamente qualificados, formados pelo Instituto Rio Branco - um dos mais rigorosos do mundo em seus seletivos - é sinal explícito de que há graves problemas em distinguir pretensões públicas das privadas. Ou seja, está aí o "mau e velho" Patrimonialismo. Tanto é que, o ex-embaixador do Brasil nos EUA, o diplomata Rubens Ricupero, classificou essa tentativa como "sem precedente em países civilizados e democráticos".

Nessa mesma rota patrimonial, mais dois episódios. A demissão de Ricardo Galvão, chefe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), por exibição de dados técnicos que informaram sobre o aumento no desmatamento na Amazônia, ato que desagradou o governo. O outro, a possível troca no comando do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) - órgão que atua na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro. A mudança se daria porque o presidente do Conselho, Roberto Leonel, criticou recente decisão do STF, que dificultou o uso de dados do Coaf em investigações, inclusive na que é alvo o senador Flávio Bolsonaro - outro filho do presidente - por suposta apropriação indevida de salários de assessores.

Infelizmente é que em pleno caminhar do século XXI, a Administração Pública, que constantemente tenta angariar elementos que a deixem mais transparente, participativa, isonômica, flexível, produtiva e democrática, ainda conviva com ranços Patrimonialistas do século XIX.

Concursos oferecem mais de 500 vagas no Maranhão

Por Isaías Rocha Última atualização 11/08/2019, às 7:59

Diversos concursos públicos e processos seletivos estão com inscrições abertas no estado (Foto: Divulgação) O segundo semestre de 2019 está trazendo diversas oportunidades para os concurseiros de plantão, em especial no Maranhão. Diversos concursos públicos e processos seletivos estão com inscrições abertas no estado.

Banner interno

Confira as vagas e oportunidades que estão sendo oferecidas e não perca tempo, se inscreva!

TJ-MA

Um dos editais mais aguardados já foi publicado, e está com inscrições abertas até o dia 28 de agosto. O certame que irá oferecer 63 vagas será realizado no dia 29 de setembro.

Vagas

As vagas para o nível médio são para técnico judiciário nas áreas de Informática, Contabilidade e Edificações, com remuneração inicial de R\$4.812,72.

Já no nível superior, as chances são para oficial de justiça e analista judiciário. O ganho inicial é de R\$7.768,8.

As outras 23 são para analistas nas áreas de Psiquiatria (uma vaga), Psicologia (uma), Serviço Social (uma), Direito (15), Engenharia Mecânica (uma), Sistemas - Suporte e Rede (duas) e Desenvolvimento (quatro). Esses dois últimos aceitam cursos superiores de Ciências da Computação, Análise de Sistema ou qualquer outro na área de Tecnologia da Informação. Para analistas a remuneração inicial é de R\$9.115,35.

Inscrições

Os interessados poderão se inscrever no site da banca organizadora. A taxa de inscrição varia entre R\$ 70 para nível médio e R\$ 100 para nível superior.

Caixa

A Caixa Econômica Federal está realizando a pré-inscrição para seu processo seletivo destinado que busca o preenchimento de vagas para estagiários do curso de Direito.

A jornada de estágio é de 5 horas diárias ou 25 horas semanais com bolsa auxílio de R\$ 1.000,00 mais auxílio transporte de R\$ 130,00.

Para concorrer a uma das vagas o aluno precisa estar cursando entre o 5º e o 7º semestre e possuir idade mínima de 18 anos no momento da contratação. O aluno deverá possuir condições de cumprir, no mínimo, seis meses de estágio.

Pré-inscrição

A pré-inscrição poderá ser realizada até o dia 05 de dezembro de 2019 no site do CIEE. O candidato que for convocado irá realizar uma prova on-line.

Açailândia

A Prefeitura Municipal de Açailândia, ainda está com inscrições abertas para seu concurso público. As remunerações variam entre R\$ 1.012,07 a R\$ 8.078,56.

Continue lendo no

link: <https://www.radionoticiamaranhao.com.br/concursos-oferecem-mais-de-500-vagas-no-maranhao/>

Tribunal de Justiça do Maranhão absolve juiz acusado de trabalho escravo

Juiz Marcelo Baldochi é acusado de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia. Ele também responde a outros processos.

Por maioria de votos, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz Marcelo Testa Baldochi, acusado de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ao final do julgamento, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores votou pela absolvição do juiz Marcelo Baldochi.

Baldochi foi denunciado pelo Ministério Público do Maranhão com base em relatório do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, que encontrou elementos de autoria e materialidade de crimes, como alojamentos precários, ausência de instalações sanitárias, falta de fornecimento de equipamento de proteção individual e de água potável, jornada de trabalho exaustiva, sistema de servidão por dívidas, retenção de salários e contratação de adolescente.

Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que, segundo ele, é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais e pagar pelo serviço executado.

Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou um habeas corpus no qual a defesa do juiz pretendia o trancamento da ação penal sobre essa mesma acusação.

Outros processos

O juiz Marcelo Baldochi já se envolveu em outras situações polêmicas. Em 2013, ele brigou com um flanelinha por causa de uma vaga de estacionamento, levou uma paulada na cabeça e ficou quase uma semana no hospital.

Um ano depois, três funcionários da empresa TAM de Imperatriz foram mandados ao Plantão Central da Polícia Civil, após receberem ordem de prisão do juiz Marcelo Baldochi. Segundo depoimento dos funcionários na delegacia, o magistrado teria ordenado a prisão dos funcionários ao ser impedido de entrar em uma aeronave, minutos após os procedimentos de embarque serem encerrados.

Em 2016, o CNJ abriu três processos contra o juiz Marcelo Baldochi e determinou seu afastamento do Tribunal de Justiça do Maranhão por comportamento arbitrário e abuso de poder. Dois anos depois, o próprio CNJ decidiu aplicar pena de censura ao juiz, impedindo que o magistrado entre na lista de promoção de merecimento por um ano.

Moradores realizam protesto e cobram posse de terra na zona rural de São Luís

Comunidade Cajueiro está protestando na manhã desta segunda-feira (12) em frente a sede do governo do Estado para evitar a construção de um porto privado na área.

Moradores realizam protesto em frente ao Palácio dos Leões em São Luís

Moradores da comunidade Cajueiro, na zona rural de São Luís, realizaram um protesto na manhã desta segunda-feira (12) em frente a sede do Governo do Estado e da Prefeitura da capital. Eles querem evitar a construção de um porto privado na área.

Os manifestantes utilizaram cartazes e um carro de som para chamar atenção do poder público. Segundo os moradores, desde 2014 eles estão passando por um processo de reintegração de posse de terras.

De acordo com o morador, Nataniel Barreto, eles possuíam uma liminar autorizando a posse da terra. "Tivemos vários episódios como quebra do poço da comunidade para ficar sem água, derrubaram residências e até hoje o governo do estado. O governador falava nos meios de comunicação que mediaría essa situação, mas não mediou. Ele deu todas as licenças e não respeitou os princípios jurídicos, porque nós temos uma liminar de 2014 dizendo que ele teria que dar a posse da terra", explicou.

Embora haja uma sentença judicial de 2015 que garante a posse da terra aos moradores do Cajueiro, em julho de 2018, uma liminar assinada pelo juiz Marcelo Oka, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, garantiu a reintegração de posse a empresa.

A Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) está fazendo a proteção do local e a barreira para impedir que os manifestantes cheguem até as sedes do poder público.

Por meio de nota, o Governo informou ao G1 sobre a decisão judicial de reintegração de posse na comunidade Cajueiro.

Segue a íntegra da nota:

Sobre a decisão judicial de reintegração de posse na comunidade Cajueiro, zona rural de São Luís, o Governo do Maranhão informa que: 1) trata-se de cumprimento de determinação judicial pela reintegração de posse. Há 28 posses diretamente afetadas, dentre imóveis habitados e não habitados; 2) a Secretaria de Direitos Humanos realizou processo de mediação com o Ministério Público, Defensoria Pública e as partes, a fim de contribuir com a construção de uma solução dialogada; 3) após a atuação da Secretaria, chegou-se à proposta de reassentamento de todas as famílias que residem no local, pagamento mensal de aluguel social e cestas básicas e proposta de capacitação e emprego de um membro de cada família; 4) esgotado o processo de mediação, cabe ao Estado cumprir a determinação judicial.

Comunidade do Cajueiro protesta contra reintegração de posse

No espaço a ser desocupado deve ser construído o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DA TV MIRANTE

12/08/2019 às 08h59

Comunidade do Cajueiro protesta contra reintegração de posse

Moradores levaram faixas para chamar a atenção do governo no Centro de São Luís (Foto: Reprodução/TV Mirante)

SÃO LUÍS - Moradores da comunidade Cajueiro, situada na região da Vila Maranhão, protestam na manhã desta segunda-feira (12), em frente ao Palácios La Ravardière, sede da Prefeitura de São Luís, e também ao Palácio dos Leões, sede do governo.

O motivo da manifestação é uma reintegração de posse, que deve retirar muitas famílias de suas casas.

As famílias que ocupam o espaço onde está sendo construído o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís temem a derrubada de suas residências prevista para hoje.

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão informou que busca garantias para que as famílias não fiquem desamparadas.

No dia 9 de maio, a Justiça proferiu decisão deferindo o pleito da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., responsável pela construção do porto. Na ocasião, foi determinada a imediata reintegração de posse contra todos e quaisquer invasores que estivessem no imóvel, com exceção de seis moradores.

A União dos Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro acionou a Justiça para impedir tal feito e, no dia 23 de maio, foi concedido efeito suspensivo à decisão anterior, que determinava a reintegração de posse. No entanto, em 8 de julho, a Justiça indeferiu o pedido de efeito suspensivo, ficando mantida então a decisão para retirada das famílias.

Veja a nota do governo do Maranhão:

Sobre a decisão judicial de reintegração de posse na comunidade Cajueiro, zona rural de São Luís, o Governo do Maranhão informa que:

- 1) trata-se de cumprimento de determinação judicial pela reintegração de posse. Há 28 posses diretamente afetadas, dentre imóveis habitados e não habitados;
- 2) a Secretaria de Direitos Humanos realizou processo de mediação com o Ministério Público, Defensoria Pública e as partes, a fim de contribuir com a construção de uma solução dialogada;
- 3) após a atuação da Secretaria, chegou-se à proposta de reassentamento de todas as famílias que residem no local, pagamento mensal de aluguel social e cestas básicas e proposta de capacitação e emprego de um membro de cada família;
- 4) esgotado o processo de mediação, cabe ao Estado cumprir a determinação judicial.

Juiz é absolvido em processo sobre trabalho escravo no Maranhão

Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

DIVULGAÇÃO/TJ-MA

AÇAILÂNDIA - Por maioria de votos, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz de Direito Marcelo Testa Baldochi. Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

Saiba mais sobre o juiz Marcelo Testa Baldochi.

O fato

Em setembro de 2007, o Grupo de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante diligenciaram às Fazendas da região de Açailândia, para apurar denúncia de "trabalho escravo", indo até a Fazenda Pôr do Sol, de propriedade do magistrado.

Ao chegar no local, foram apontadas supostas irregularidades contra os trabalhadores, como falta de alojamento adequado; falta de EPI; falta de pagamento da remuneração.

Do processo

Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que – segundo ele – é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais, pagando-se pelo serviço executado.

Do julgamento

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ele ressaltou que Baldochi já havia sido condenado em outros processos administrativos por condutas incompatíveis com a Magistratura e "utilizou-se da necessidade primária do ser humano de manutenção da vida e de sua integridade para explorá-los, impondo-lhes uma situação degradante", perfazendo, em tese, o ilícito penal inserto no artigo 149 do Código Penal.

Ao final do julgamento, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores votou pela absolvição do juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi.

Força-tarefa de apoio a refugiados venezuelanos iniciará abordagens hoje

Estratégias visam promover abordagens para orientação e ajuda aos estrangeiros que têm chegado a São Luís; intenção é dar proteção aos menores, de acordo com as leis brasileiras, e políticas públicas voltadas para moradia

Venezuelanos têm sido vistos diariamente pedindo esmolas nas avenidas de grande fluxo de São Luís; são homens, mulheres e crianças que alegam não ter onde ficar (Paulo Soares / O Estado)

SÃO LUÍS - Começa nesta segunda-feira, 12, as ações da força-tarefa que vai promover a abordagem e orientação aos refugiados venezuelanos que estão em São Luís. Entre as estratégias estão assegurar a proteção de crianças e adolescentes, de acordo com as leis brasileiras, bem como as políticas públicas voltadas para moradia, alimentação, atenção básica à saúde e acesso à educação às pessoas que têm buscado refúgio em São Luís.

A iniciativa é da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA) e da União (DPU), Tribunal de Justiça do Maranhão, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Pastoral da Criança, Universidade Federal do Maranhão, Governo do Estado e Município de São Luís.

Nas avenidas

O alvo da ação serão as pessoas que estão nas principais avenidas da capital, bem como em sinais de trânsito e também nos abrigos que acolhem estas famílias.

A chegada de refugiados venezuelanos que deixam seu país em decorrência da crise econômica e política, vem sendo identificada pelos órgãos competentes desde abril deste ano.

Uma das medidas da força-tarefa é a garantia, para esta população, ao acesso às políticas públicas para moradia, alimentação, atenção básica à saúde e acesso à educação.

Outra medida é o cumprimento das leis que asseguram a proteção de crianças e adolescentes, já que muitas famílias de refugiados podem ser vistos em rotatórias e sinais de trânsito da capital pedindo ajuda, acompanhados de menores.

A força-tarefa também elaborará uma cartilha informativa, em espanhol, sobre os direitos da criança e do adolescente.

De acordo com o defensor público estadual Davi Rafael Silva Veras, titular do Núcleo da Criança e do Adolescente, em entrevista concedida semana passada, a proposta é trabalhar no sentido de garantir a proteção a crianças e adolescentes.

Segundo ele, caso persista a situação de menores em situação de mendicância, as instituições responsáveis podem adotar medidas mais duras como ter que encaminhar a criança ou adolescente a centros de acolhimento.

A força-tarefa foi formada em reunião realizada semana passada quando, na ocasião, os órgãos e instituições

envolvidos, informaram as estratégias e medidas emergenciais que já foram adotadas até o momento. Também discutiram acerca das dificuldades de abordagem por conta da resistência por parte de alguns venezuelanos durante as ações sociais.

Sob nova ameaça, moradores do Cajueiro buscam apoio da DPE

Moradores da comunidade Cajueiro, localizada em São Luís, procuraram a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), para buscar apoio da instituição, no fim da semana que passou, quanto à instalação do Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís. As famílias que ocupam o espaço onde está sendo construído o porto temem uma decisão judicial para a reintegração de posse do imóvel concedida em favor do empreendimento. Hoje, eles farão uma manifestação na frente do Palácio dos Leões, nas primeiras horas da manhã.

Na Defensoria, os representantes das famílias que podem ser atingidos pela decisão foram acolhidos pelos defensores públicos Jean Nunes, do Núcleo de Direitos Humanos, e Marcus Patrício Soares Monteiro, do Núcleo Cível de Moradia e Defesa Fundiária. Na reunião, os moradores expuseram o que vêm passando desde o início das obras e os defensores públicos explicaram as providências já tomadas em defesa da comunidade.

De acordo com o defensor Marcus Patrício, a Defensoria Pública buscará garantias para que as famílias não fiquem desamparadas. “A comunidade está temerosa com o cumprimento dessa decisão. Elas se organizaram para fazer uma mobilização social e nós as acolhemos aqui para alguns esclarecimentos sobre o que pode ser feito”, afirmou.

Litígio

Em 9 de maio, a Justiça proferiu decisão deferindo o pleito da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., responsável pela construção do porto, para converter o interdito proibitório em ação de reintegração de posse. Na ocasião, foi determinada a imediata reintegração de posse contra todos e quaisquer invasores que estivessem no Imóvel, com exceção de seis moradores.

A determinação previa a demolição de todas e quaisquer construções e plantações, bem como a remover coisas e materiais e o auxílio da Força Policial e do que mais se mostrasse necessário para imediata reintegração de posse contra todos e quaisquer invasores que estivessem no imóvel de 200 hectares.

A União dos Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro acionou a Justiça para impedir tal feito e, no dia 23 de maio, foi concedido efeito suspensivo à decisão anterior, que determinava a reintegração de posse. No entanto, em 8 de julho, a Justiça indeferiu o pedido de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, no sentido de manter a eficácia da decisão de Primeiro Grau, até o pronunciamento final da 5ª Câmara Cível, ficando mantida então a decisão para retirada das famílias.

Juiz é absolvido em processo sobre trabalho escravo

Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia

Fonte: TJMA

Por maioria de votos, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu absolver o juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi. Contra o magistrado pesava a acusação de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão, em uma fazenda de sua propriedade, em Açailândia.

O FATO - Em setembro de 2007, o Grupo de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante diligenciaram às Fazendas da região de Açailândia, para apurar denúncia de “trabalho escravo”, indo até a Fazenda Pôr do Sol, de propriedade do magistrado.

Ao chegar no local, foram apontadas supostas irregularidades contra os trabalhadores, como falta de alojamento adequado; falta de EPI; falta de pagamento da remuneração.

DO PROCESSO - Em seu depoimento, o juiz afirmou não existir qualquer irregularidade. Disse que os trabalhadores não eram empregados de sua propriedade e sim contratados para a realização de um serviço, o que - segundo ele - é um costume no interior, onde é comum contratar sem as formalidades legais, pagando-se pelo serviço executado.

DO JULGAMENTO - O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi para que o juiz fosse aposentado compulsoriamente, com vencimentos proporcionais. Ele ressaltou que Baldochi já havia sido condenado em outros processos administrativos por condutas incompatíveis com a Magistratura e “utilizou-se da necessidade primária do ser humano de manutenção da vida e de sua integridade para explorá-los, impondo-lhes uma situação degradante”, perfazendo, em tese, o ilícito penal inserto no artigo 149 do Código Penal.

Ao final do julgamento, o voto de Melo foi vencido e a maioria dos desembargadores votou pela absolvição do juiz de Direito, Marcelo Testa Baldochi.

Publicado edital do X Concurso de Remoção para analistas e comissário da Infância

As inscrições serão realizadas de 15 a 19 de agosto, pelo sistema Remoção, no Sentinela

Fonte: TJMA

Foi publicado nesta segunda-feira (12), o edital do X Concurso de Remoção para servidores titulares de cargos efetivos de Analista Judiciário (Administrador e Direito) e Comissário de Justiça da Infância e Juventude. As inscrições serão realizadas de 15 a 19 de agosto, pelo sistema Remoção, no Sentinela.

Assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos no último dia 9, o documento prevê o preenchimento de vagas das unidades funcionais constantes do Anexo I do Edital-GP 5/2019, durante o prazo de validade de até seis meses, observados os critérios estabelecidos para a equalização da força de trabalho na Tabela de Lotação Pessoal - TLP, definida em resolução pelo Conselho Nacional de Justiça.

O concurso está a cargo da Diretoria de Recursos Humanos. Ele integra a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e compreenderá as fases de inscrição, classificação dos candidatos e publicação dos resultados, além dos recursos que eventualmente vierem surgir durante o certame.

No ato de inscrição - de 15 a 19 de agosto, via sistema Remoção, no Sentinela -, cada candidato poderá manifestar interesse em ser removido para até três comarcas, obedecida a ordem de preferência das opções registradas.

Estão sendo ofertadas 18 vagas, das quais uma se destina ao cargo de Analista Judiciário - Administrador (para o Tribunal), duas para Analista Judiciário - Direito (para o Tribunal) e 15 vagas ao cargo de Comissário de Justiça da Infância e Juventude (três para São Luís; e uma vaga para cada uma dessas comarcas - Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Colinas, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês e Viana).

CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

Os candidatos definitivamente inscritos no X Concurso de Remoção serão classificados em ordem decrescente a partir do resultado do tempo de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, apurado em dias, considerando-se as averbações realizadas até a data de publicação do edital que regulamenta o concurso.

Ocorrendo empate na classificação, terá preferência o candidato que apresentar, sucessivamente, maior pontuação na Avaliação de Desempenho, maior pontuação adquirida no programa Meritus mais recente ou que for mais idoso.

CONFIRA AQUI INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO

Governo do Maranhão se posiciona sobre situação do Cajueiro

Membros da comunidade protestam em frente ao Palácio dos Leões. Segundo eles, famílias podem ser despejadas para a construção de um porto privado

O Governo do Estado do Maranhão se posicionou frente aos protestos da Comunidade de Cajueiro. Nesta segunda-feira (12), cerca de 60 pessoas amanheceram em frente ao Palácio dos Leões para se manifestar contra a ordem de despejo em nome da construção de um porto privado no local.

“Trata-se de um cumprimento de determinação judicial pela reintegração de posse”, diz a nota enviada a O Imparcial. A assessoria do Governo do Maranhão afirma que a Secretaria de Direitos Humanos (Sedihpop) “realizou o processo de mediação com o Ministério Público, Defensoria Pública e as partes, a fim de contribuir com a construção de uma solução dialogada”.

“Esgotado o processo de mediação, cabe ao Estado cumprir a determinação judicial”, finaliza o texto.

Ainda segundo a nota, a solução encontrada pela Sedihpop foi “reassentamento de todas as famílias que residem no local, pagamento mensal de aluguel social e cestas básicas e proposta de capacitação e emprego de um membro de cada família”.

Manifestações

Além do Palácio dos Leões, no Centro Histórico de São Luís, as comunidades também protestam no território que habitam, próximo à Vila Maranhão. Ainda nesta segunda, o cumprimento da reintegração de posse contou com a Polícia Militar e com tratores na derrubada de casas dos então moradores.

Casas foram demolidas nesta segunda-feira (12) na comunidade do Cajueiro, próxima à Vila Maranhão. Foto: Jornal Vias de Fato

Leia a nota na íntegra:

NOTA

12/08/2019

Sobre a decisão judicial de reintegração de posse na comunidade Cajueiro, zona rural de São Luís, o Governo do Maranhão informa que:

1) trata-se de cumprimento de determinação judicial pela reintegração de posse. Há 28 posses diretamente afetadas, dentre imóveis habitados e não habitados;

2) a Secretaria de Direitos Humanos realizou processo de mediação com o Ministério Público, Defensoria Pública e as partes, a fim de contribuir com a construção de uma solução dialogada;

3) após a atuação da Secretaria, chegou-se à proposta de reassentamento de todas as famílias que residem no local, pagamento mensal de aluguel social e cestas básicas e proposta de capacitação e emprego de um membro de cada família;

4) esgotado o processo de mediação, cabe ao Estado cumprir a determinação judicial.

Secretaria da Comunicação Social e Assuntos Políticos do Governo do Estado do Maranhão